



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DAS PEDRAS ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua José de Barros Louzada, nº 40, centro, Conceição das Pedras, CEP 37.527-000, Fone: (35) 3664-1258



Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal, realizada em catorze (14) de julho de dois mil e quinze (2015), às 19h30min

Aos catorze dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, às dezenove horas e trinta minutos, os vereadores reuniram-se em assembleia ordinária, na sala de sessões da Câmara Municipal, sob a Presidência do vereador Flávio José da Silva, com a seguinte pauta: 1) Segunda discussão e votação dos pareceres e dos Projetos de leis números **1013/2015** que “Dispõe sobre o índice de revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo”; **PL nº 1014/2015** que “Dispõe sobre aplicação do índice de revisão anual dos Agentes Políticos do município de Conceição das Pedras, conforme disposto na Lei Municipal nº 881, de 24 de setembro de 2012, e dá outras providências”; 2) Primeira discussão e votação do parecer e do Projeto de lei nº **1015/2015** “Dá denominação ao loteamento e as ruas localizadas no loteamento”. Realizada a chamada, e estando todos presentes, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão, determinando a leitura da ata da sessão anterior que, sem ressalvas, foi discutida, votada e aprovada por todos. Em seguida vieram para a segunda discussão e votação os projetos de leis 1013/2015 e 1014/2015, juntamente com seus pareceres, que foram aprovados por unanimidade, devendo a redação final de cada matéria ser remetidas ao Executivo para sanção e publicação. Na sequência procedeu-se a leitura do parecer da C.F.L.R.J ao projeto de lei nº 1015/2015 que, colocado em primeira discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Em seguida o citado projeto de lei foi discutido, votado e aprovado por unanimidade pela primeira vez, devendo voltar à pauta na próxima sessão para apreciação em segundo turno. O Projeto de lei nº 1008/2015 que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal, e dá outras providências”, apresentado ao plenário oportunamente, e sob análise da assessoria jurídica da Câmara, foi incluído na pauta da sessão. O Presidente solicitou ao Assessor Jurídico que procedesse a leitura e explicação do seu parecer emitido ao referido projeto. O Assessor, atendendo o que foi determinado pelo Presidente, explicou que emitiu parecer sobre a matéria em discussão entendendo ser desnecessária sua tramitação, posto que já existe outra norma legal que a disciplina, ou seja, a Lei Complementar nº 32/2014. Sugeriu a Comissão de Finanças, Legislação, Redação e Justiça, para que não haja conflito material e mesmo formal, o arquivamento do Projeto de Lei 1008/2015. A comissão acatou o parecer do jurídico elaborando-o com o mesmo conceito pela rejeição da proposta de lei e seu arquivamento. Após, o secretário fez a leitura do parecer, o qual foi colocando em única discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. A secretaria deverá elaborar documento pertinente informando o Executivo da decisão plenária sobre a matéria. Por fim, o Sr. Presidente colocou a pauta livre, fazendo uso desta o vereador Benedito Pereira da Silva. O vereador questionou o Presidente sobre o que foi feito com o valor apurado no leilão de veículos e materiais inservíveis realizado pela Prefeitura. Disse que na época foi falado que seriam adquiridos três veículos novos para a administração, mas até a presente data isso não ocorreu. O Presidente determinou que enviasse ao Poder Executivo ofício requerendo informação acerca do questionamento do vereador Benedito. Encerrada a pauta livre, e nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente encerrou a sessão, designando a próxima sessão ordinária para o dia vinte e um de julho do corrente, às dezenove horas. Eu, secretário, lavrei a presente ata que depois de lida e discutida vier a ser aprovada será por todos assinada e por mim subscrita. Sala das sessões, aos catorze (14) de julho de 2015.